

O trabalho informal e seus reflexos no âmbito do lazer

The informal work and its implications in the field of leisure

Ricardo R. Uvinha¹

Rosana Santos²

Resumo

O presente artigo apresenta algumas implicações geradas pelo trabalho informal na sociedade contemporânea, verificando os possíveis reflexos nas vivências associadas ao campo do lazer e tempo livre. Enquanto procedimento metodológico optou-se por uma abordagem qualitativa, combinando os enfoques bibliográficos e de campo. O enfoque bibliográfico contou com a análise de categorias teóricas relacionadas em livros, periódicos científicos, anais de eventos, entre outros. Já no de campo, desenvolveu-se uma coleta de dados por meio de documentação direta, realizando entrevistas semi-estruturadas e tendo como amostragem os ambulantes que atuam na região da Rua 25 de Março na cidade de São Paulo. As principais conclusões indicaram que os sujeitos entrevistados reconhecem a importância do lazer, apesar de poucos afirmarem ter tido a possibilidade de experienciá-lo de fato em suas vidas. Constatou-se ainda que, em boa parte da amostra, o lazer fica restrito ao ambiente doméstico e vivenciado por meio da mídia de massa, em especial a televisiva. Soma-se a isso um amplo leque de impedimentos ao desfrute do lazer no tempo livre, em termos de conteúdo e opções de acesso, sugerindo uma possível intervenção profissional em que se tenha como intento uma maior acessibilidade em tal esfera social.

Palavras-chave: Atividades de lazer. Trabalho. Controles informais da sociedade.

Abstract

This paper presents some implications fostered by the informal work in the contemporary society, investigating possible impacts on the experiences associated to the leisure area and free time. Concerning the methodological procedure, it was chosen a qualitative approach combining bibliographic approach and field research. The bibliographic approach was based on the analysis of theoretical categories listed on books, scientific journals, and conference

¹ Professor doutor da USP (Universidade de São Paulo).

² Mestranda no Programa Interdisciplinar de Estudos Culturais da USP (Universidade de São Paulo).

Contato: uvinha@usp.br

proceedings, among others. Data was collected in the field through direct documentation; conducting semi-structured interviews with retailers as sample that operate in the area of Rua 25 de Março, in São Paulo downtown. The main conclusions indicated that the subjects recognize the importance of the leisure despite the fact that just a few of them claim that had the opportunity to actually experience it in their lives. It was also observed that, in a major part of the sample, leisure is restricted to the domestic environment and is experienced through mass media entertainment, mainly television. Moreover, there is evidence about a wide range of constraints for the enjoyment of leisure at free time in terms of content and access, suggesting a professional intervention on this matter.

Keywords: Leisure activities. Work. Social control. Informal.

Introdução

As relações de trabalho vêm sendo reformuladas em distintas conjunturas históricas e sociais, coerentes com toda uma complexa dinâmica social. A forma de organização capitalista incute num panorama de centralização do capital, promovendo condições desiguais de apropriação material, em que o desemprego surge como fato iminentemente associado a tal estrutura. Em face desse quadro, criam-se relações de trabalho não formais, como o subemprego e os bicos, que implicam numa economia permissiva à informalidade, desobrigando muitas vezes os empregadores ao pagamento dos direitos trabalhistas. Entender o espaço de lazer, como um espaço social e democrático que preserve a cultura de seus atores sociais e que deva ser assegurado como direito a todos os cidadãos, é uma questão de suma importância.

O objetivo geral na presente pesquisa foi explorar as implicações geradas pelo trabalho informal na sociedade contemporânea, bem como os possíveis reflexos que possam ser gerados nas vivências associadas ao lazer e ao tempo livre dos cidadãos. Como objetivos específicos, buscou-se colher dados que aproximassem e orientassem sobre os processos que levaram esses indivíduos aos empregos informais e suas possíveis expectativas para alteração desse quadro hegemônico. Objetivou-se também conhecer as oportunidades de lazer para esse público, investigando quais as atividades de lazer desenvolvidas, as escolhas, impedimentos e anseios nessas vivências, seja dentro como fora do espaço doméstico.

A hipótese inicialmente estabelecida foi a de que, havendo a informalidade e conseqüente perda de direitos trabalhistas, o trabalhador não receberia

pelo tempo de descanso frente a uma intensa jornada de trabalho. Tal fato corroboraria para um evidente desapego à jornada de quarenta e quatro horas semanais previstas na legislação nacional para o trabalho formal, contribuindo para impactar de forma significativa o tempo livre desses trabalhadores e influenciando decisivamente para o pleno usufruto do lazer.

Materiais e métodos

Enquanto procedimento metodológico, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, conforme nos orienta Severino¹. Essa abordagem é mais efetiva quando do estudo da natureza humana e suas interações sociais. A opção pela abordagem qualitativa justificou-se, como explicita Richardson², por tratar de tentar entender a natureza de um fenômeno social. A coleta dos dados foi desenvolvida por meio de documentação direta.

A fundamentação bibliográfica permitiu embasamento teórico que, conforme Lakatos e Marconi³, permite o contato direto com tudo aquilo que já foi produzido sobre o tema pesquisado, bem como oferece subsídios para solução de problemas já conhecidos e outros a pesquisar.

A opção pela pesquisa de campo permitiu a observação dos entrevistados em seu próprio ambiente, podendo assim relacionar suas vivências, respostas e o contextos em que se encontravam inseridos. Sobre a pesquisa de campo, Severino¹ complementa que a coleta de dados é realizada nas condições originais em que o fenômeno se desenvolve.

Como técnica para a coleta de dados, desenvolveu-se uma entrevista semi-estruturada que permite um diálogo direto entre entrevistador e entrevistado³. A opção pela forma semi-estruturada foi fundamental, pois desse modo se permitiu ao entrevistado uma certa flexibilidade nas respostas, sem prescindir das categorias teóricas estabelecidas presentes em cada questão do roteiro estipulado².

As entrevistas foram realizadas no entorno das Ruas 25 de Março e Barão de Duprat, região central da Cidade de São Paulo, com um grupo de pessoas que trabalhavam em evidente informalidade, caracterizando situação de subemprego. A opção por essa região se deu pela destacada precariedade que impera na mesma no tocante às relações de trabalho, fato notoriamente conhecido inclusive no senso comum.

O período da pesquisa compreendeu a segunda quinzena do mês de julho, férias escolares e período de grande fluxo de pessoas nesta região central de São Paulo, oriunda de diversos bairros da própria cidade bem como de outros estados brasileiros. A amostra foi formada por dois grupos totalizando vinte e três pessoas que atuavam como ambulantes nessa região.

O primeiro grupo, de doze pessoas, foi entrevistado na madrugada. Esse grupo chega normalmente às quatro da manhã e realiza suas vendas até as oito horas, seu maior público são outros ambulantes provenientes dos mais variados locais de São Paulo. O segundo grupo, de onze pessoas, foi entrevistado no período da manhã. Esse segundo grupo atua durante todo o dia e montam suas barracas a partir das oito ou nove horas da manhã, encerrando suas atividades às dezessete horas. Seu maior público são os visitantes da Rua 25 de Março.

Para efeitos de categorização da amostra, definiu-se que os entrevistados deveriam estar desempregados ou afastados da economia formal há seis meses ou mais. Esse tempo foi estabelecido em virtude de, nesse prazo, já ter se esgotado o tempo de cobertura do seguro desemprego (máximo de cinco meses). As entrevistas foram gravadas, a fim de assegurar maior dinamismo e para permitir maior fidelidade na transposição das respostas para posterior discussão dos dados coletados.

Resultados

As primeiras entrevistas com o grupo de ambulantes que participa da “feirinha da madrugada” na região da Rua 25 de Março foram realizadas às 5h30m pela manhã. Esse grupo de ambulantes é remanescente da “antiga feirinha”, que foi proibida de ser realizada na região, desde julho de 2003 e transferida para o Brás.

De lá para cá o conflito é constante. Em julho de 2004 num formato diferente, novos ambulantes tomaram os espaços das ruas, os quais têm sido alvo de constantes pressões por parte da Guarda Civil Metropolitana - GCM. Esses ambulantes oferecem suas mercadorias em grandes sacos depositados no chão estando sempre de prontidão, caso necessitem fugir. Suas vendas são direcionadas ao atacado para outros ambulantes da grande São Paulo e também para grupos que chegam em ônibus, de várias regiões do Brasil.

O clima de apreensão é constante e tivemos alguma dificuldade em conseguir os entrevistados. Algumas das entrevistas foram entremeadas

por pausas a fim de observar o “rapa”. Uma das respondentes interrompeu a entrevista e saiu correndo com sua mercadoria. Foram entrevistados doze ambulantes, no período das cinco e meia até as sete horas, desses, seis eram homens e seis mulheres.

No dia 24 de julho retornamos à Rua 25 de Março para realizar o segundo bloco de entrevistas às onze horas. A GCM fazia a ronda em meio a esse fervilhar de ambulantes e oferecimentos, sem maiores conflitos. Sons, cores, odores, compõem a paisagem dessa “Moderna Babel”.

Os ambulantes não pareciam temer. Iniciaram-se as entrevistas e com muito mais facilidade conseguiu-se os onze ambulantes no período de onze ao meio dia, sendo oito homens e três mulheres.

Dos vinte e três entrevistados, a maioria eram homens, com escolaridade média situada no ensino médio e apenas dez por cento não foram alfabetizados. No grupo, prevalece o trabalho informal, sendo que mais de cinquenta por cento trocaria o trabalho informal pelo formal. A maioria era oriunda, em termos de residência, da Zona Leste de São Paulo, um dos bolsões de pobreza na cidade.

Entre os diversos relatos, destacaremos alguns neste ensaio que nos pareceram mais significativos para a discussão aqui desenvolvida sobre lazer e trabalho informal. Em um destes, um ambulante destaca o fato sobre como a sociedade parece excluir aqueles que estão na economia informal: *“Eu pago meus impostos, no momento em que eu entro no mercado eu pago impostos, porque eles falam que eu não pago impostos, porque eu não tenho uma carteira assinada, eu não tenho uma conta no banco, eu não tenho um emprego fixo, por isso eles falam que... Eu me tenho como um cidadão de bem, ficam vendo os policiais “cheio” disso, chamam a gente de vagabundo, não...Exatamente, a gasolina que eles gasta ai, eu pago também. O salário deles, então eu sou um cidadão de bem, então isso que eu quero falar pra senhora.”*

Durante seu relato, percebeu-se grande indignação e comoção do respondente, fruto do relato de alguém que provavelmente sentia-se excluído de muitos dos direitos humanos preconizados pela sociedade moderna.

Há ainda aqueles que jamais trabalharam com carteira assinada, seja por falta de opção seja por vontade própria. Assim, estar num período ou no outro, não altera suas expectativas e sonhos. A falta de oportunidades torna-os descrentes sobre a possibilidade de retornarem à economia formal, resignando-os a fazer do subemprego um modo de vida.

Um fator que entendemos relevante na economia informal é a gestão do tempo. Não sem motivos devemos refletir que a falta de direitos trabalhistas impossibilita-os a uma vida mais regrada, com horários melhor estabelecidos para acordar, trabalhar, fazer refeições, e ainda desfrutar de algum período de descanso. Em razão disso, muitos acabam fazendo jornadas de trabalho superiores àquelas estabelecidas em lei, avançando em horários de descanso ou usando o domingo para uma receita adicional. Nenhum deles menciona a possibilidade de dias inteiros dedicados ao lazer.

Ao analisarmos as respostas dos entrevistados, percebemos uma dificuldade expressiva em falar sobre lazer, em definir e identificar quais atividades diárias em suas vidas relacionam-se com práticas de lazer, em especial aqueles que têm no trabalho o sustento da família. Há certo desconforto em se pensar no descanso, e sempre a falta de tempo e de dinheiro está associada ao não desenvolvimento dessas práticas.

Encontramos sim pessoas, em geral os mais jovens, que fizeram da informalidade uma opção de vida e dizem-se satisfeitas assim. Aparentemente, os respondentes homens mais jovens acenam com maiores possibilidades de gastos com lazer, o que não acontece com as mulheres jovens, que apontam a necessidade de auxílio à família. Todas as entrevistadas possuem filhos.

O grupo entrevistado pouco falou sobre visitas a parques públicos, ou à ida ao teatro e ao cinema. Apenas uma das entrevistadas mencionou o Parque Vila Lobos como sua atividade de lazer.

Sobre alternativas de lazer para essa classe, reconheceu-se em geral que a cidade de São Paulo oferece várias oportunidades gratuitas. No entanto, destacou-se como impedimento a rotina massacrante do trabalho, que os leva a querer permanecer em casa no tempo livre. Assim, um possível deslocamento para atividades de lazer pode ser um desgaste a mais, passível de ser poupado, o que abre espaço para atividades mais passivas e realizadas no ambiente doméstico, como ver televisão.

Deste modo, verificou-se que a televisão é de fato parte integrante da vida de todos os entrevistados, alguns ainda afirmando que trabalham enquanto vêem televisão. Talvez por isso ela nem ser reconhecida como uma possibilidade de lazer. Quando questionados por exemplo sobre o que lhes trazia felicidade, obteve-se respostas como: *“É dormir, ah sabe por quê? Pra esquecer os problemas.”*

Os dados obtidos com nossa pesquisa permitem-nos refletir sobre a necessidade de uma educação para o lazer, abrindo um relevante espaço para a atuação do animador sociocultural auxiliando numa postura mais crítica com relação às próprias escolhas nas diversas atividades de lazer disponíveis. O lazer, neste sentido, não seria entendido como um “remédio” para curar as mazelas impostas pela informalidade no trabalho mas sim uma dimensão humana de elevada importância para a vivência de valores justos e democráticos na atual sociedade.

Quanto à condição financeira, salvo raras exceções, também a falta de dinheiro torna-se um impedimento para o exercício de atividades de lazer. Os dados obtidos permitem-nos refletir sobre a necessidade da educação para o lazer, a fim de que através dele, esse grupo de trabalhadores possa apropriar-se de atividades que lhes permitam o descanso, o divertimento e o desenvolvimento. A educação pelo lazer pode lhes assegurar uma postura mais crítica com relação às próprias escolhas das diversas atividades de lazer que lhes são oferecidas, e mesmo com relação às suas possibilidades de cidadãos enquanto parte integrante de uma sociedade e detentores de direitos e deveres, como quaisquer outros. Parece que há um cenário em que não se trabalha para viver, mas vive-se para trabalhar.

Discussão

Desde há muito, as relações de lazer e trabalho vem suscitando controvérsias. O trabalho hoje apresenta-se para a humanidade como possibilidade de conquista de bens, prestígio e manutenção de suas necessidades básicas. Em nossa sociedade, o trabalho diferencia o homem e o reconhece como ser social; aparece ainda como oportunidade de ganhos para o usufruto de atividades de lazer. E é essa antítese que suscita o trabalho como possibilidade de aquisição de lazer, contra o trabalho que toma o seu tempo de lazer, que tem causado polêmicas e gerado conflitos ao longo do tempo.

A pós-modernidade coloca o ser humano numa posição de consumo constante. Estamos num tempo onde quase tudo é descartável, e para fazer parte dessa sociedade, os indivíduos são compelidos a trabalhar mais para consumir mais. Muitas das promessas de menor tempo de trabalho e maior tempo livre, inclusive para o lazer, mostraram-se frustradas. A situação se mostra paradoxal uma vez que grande parte dessa força de trabalho vê-se excluída de qualquer

possibilidade de ascensão a esse consumo, colaborando para engrossar as estatísticas de desemprego em todo o mundo.

Luiz Camargo⁴ resgata que, na antiguidade, o trabalho era visto como atividade menor destinada aos escravos, mulheres e estrangeiros enquanto que para as elites reservava-se o lazer e a contemplação. Na idade média, nos relata Boyer⁵ que nas sociedades de cômte os nobres não trabalhavam e dependiam das benesses do rei para a manutenção de suas posições sociais ou então de suas posses, as quais muitas vezes eram dilapidadas. O trabalho era para o povo.

O lazer, dado sua crescente importância e abrangência, pode influir na escolha do trabalho, haja vista a saturação de ofertas das profissões ligadas ao setor terciário em detrimento das profissões ligadas aos setores primário e secundário. Em pesquisa realizada na França, Joffre Dumazedier⁶ argumenta que muitos proprietários de negócios voltados ao setor de serviços, foram influenciados em sua escolha por suas opções de lazer.

Heloísa Bruhns⁷ explicita que a compreensão das relações do homem com o meio e seus semelhantes é que nos vai permitir uma real apreensão do sentido do brincar. O lazer é então, expressão da cultura de uma determinada sociedade e pode tanto representar valores conformistas quanto de resistência à ordem social vigente. Ainda segundo a autora, pode ser assumido como uma atitude de vida, e assim permear todas as ações do indivíduo ou como um tempo de não trabalho, livre das obrigações institucionais. Há de se entender, entretanto, que o lazer vai ser sempre condicionado por fatores sócio-econômicos (renda, família, religião, política etc.).

As ofertas e o tempo para as práticas de lazer não são democráticos, e fatores sociais, econômicos e culturais podem dificultar - mas não impedir - o lúdico. Em uma analogia, Camargo⁴ defende que pode haver mais lazer em uma confraternização de domingo numa favela, do que num passeio de iate onde reine o mais profundo tédio. Entretanto, as pessoas de baixa renda, por problemas como o tempo de trabalho e deslocamento, bem como deficiência nas opções culturais disponíveis próximas de suas residências, acabam por tornarem-se presas fáceis da mídia de massa.

Faz-se necessário então que estudos busquem um melhor entendimento de como se dá a inserção do lazer nas classes de baixa renda, normalmente subjugadas pela indústria cultural de massa, quais suas manifestações e disponibilidades e qual a receptividade dessas classes ao tempo de lazer.

Podemos questionar a problemática do lazer, do quanto ele é desvalorizado e do quanto se faz cada vez mais vital. Há um verdadeiro preconceito sobre o tema, pois falar de lazer é falar em tempo de não trabalho, em não-produção. Como então discutir o lazer numa conjuntura social em que o emprego escasseia cada vez mais e o trabalho formal vai sendo substituído por relações menos formais ou mesmo precárias?

Ao mesmo tempo em que o trabalhador aumenta sua carga de trabalho, seja assumindo mais de uma função no mesmo posto de trabalho, seja colocando-se em dois ou mais empregos, urge pensar o lazer para além da uma mera tarefa de reposição para o trabalho. O estresse e a depressão atingem trabalhadores de todas as classes, visto as pressões sócio-econômicas que a sociedade industrial impõe. É nesse contexto que busca-se refletir as relações de trabalho formais e não formais, o desemprego e as possibilidades de lazer.

Na atualidade, o desemprego e o subemprego são fatores que preocupam toda a sociedade. Vivemos um mundo conflituoso e fragmentado. A idéia de uma economia global traz-nos algumas ciladas como, por exemplo, a desterritorialização da produção e conseqüentemente do capital. As corporações transnacionais destituem sua origem, deixam de ter um território que as localize. A mobilidade da migração do capital dessas transnacionais, de acordo com conveniências próprias, gera nos países pobres instabilidades econômicas, precariedade de relações com as nações mais ricas e empobrecimento da população. Esses Estados-Nação menos desenvolvidos passam a gerir sua miséria.

A internacionalização do capital permite visível mobilidade às grandes empresas, possibilitando a exploração da mão-de-obra. Suas subsidiárias são instaladas em países cujas relações trabalhistas e previdenciárias são mais frouxas, permitindo maiores ganhos em razão dos menores salários e benefícios oferecidos aos trabalhadores.

Numa tentativa de se tentar estabelecer relações mais equânimes para as classes trabalhadoras de todo o mundo, criou-se a Organização Internacional do Trabalho - OIT. A OIT estima que cerca de 50% da população economicamente ativa no mundo esteja desempregada. Como favorecer melhor distribuição de renda, melhores condições de vida e ainda assegurar relações mais humanas entre as diversas sociedades do mundo capitalista? Para a OIT “se alguma nação não adotar condições humanas de trabalho, esta omissão constitui um obstáculo aos esforços de outras nações que desejem melhorar as condições dos

trabalhadores em seus próprios países”⁸

No Brasil, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA elabora-se anualmente o Boletim de Políticas Sociais. Nele, é apresentado um panorama de acompanhamento e análise das políticas sociais e de desenvolvimento do governo. Segundo o Boletim de número 16, publicado em 2008⁹, observou-se no setor de Trabalho e Renda um panorama econômico bastante favorável em 2007 tendo como consequência o crescimento na geração de empregos formais e redução do desemprego. Em contrapartida, um predomínio de empregos de curta duração e salários foi verificado. Tal fato leva-nos a repensar o trabalho não apenas quanto à quantidade de postos de trabalho criados, mas também a qualidade dos mesmos.

Já no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgou-se a Pesquisa Mensal de Emprego – Estimativa para o mês de janeiro de 2009 – Regiões Metropolitanas de: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre¹⁰. Segundo a Pesquisa, em janeiro de 2009 havia 40,6 milhões de pessoas em idade ativa (10 anos ou mais de idade) no conjunto das seis regiões metropolitanas pesquisadas. Estimativa que cresceu meio por cento frente a dezembro de 2008 e um e meio por cento em relação a janeiro de 2008.

Comparativamente a dezembro de 2008, constata-se uma elevação de 20,6% no número de “desocupados” (termo referente a pessoas disponíveis para trabalhar na semana de referência e que desenvolveram alguma ação no sentido de conseguir emprego nos 30 últimos dias que antecederam a pesquisa) nas seis regiões pesquisadas. Em relação a janeiro de 2008 esse percentual permaneceu estável.

Ainda sobre esse tema, a pesquisa aponta uma alta na Taxa de Ocupação (proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa). Em janeiro de 2009 essa taxa foi estimada em 8,2% o que representa uma alta de 1,4% em relação a dezembro de 2008, embora tenha permanecido estável se confrontada com janeiro de 2008. Sobre o rendimento médio real domiciliar per capita em janeiro de 2009, houve uma alta de 1,7%, R\$ 840,62, comparativamente a dezembro de 2008 e uma recuperação de 6,4% em relação a janeiro de 2008.

Considerou-se como rendimento mensal domiciliar per capita a divisão do rendimento mensal domiciliar proveniente do trabalho, pelo número de integrantes da unidade domiciliar, excetuando aqueles cuja condição na unidade

domiciliar fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Dessa forma, mesmo levando-se em conta os números favoráveis, parece haver ainda um longo caminho a percorrer, uma vez que a precária distribuição da renda não favorece o desenvolvimento humano da maioria da população.

Em meio a esse panorama de crescimento, um fato externo à nossa economia, ocorrido nos Estados Unidos, alterou toda a configuração de nosso desenvolvimento econômico-social. Em meados de setembro de 2008, uma crise abalou o sistema financeiro e imobiliário norte-americano e por consequência o mundo como um todo. A Crise Econômica Mundial de 2008, como foi chamada, teve como fator gerador a especulação no mercado imobiliário nos Estados Unidos. Ela ocorreu quando um número expressivo de pessoas que tinham suas casas hipotecadas a preços acima do mercado norte-americano tornaram-se inadimplentes, levando os bancos à execução das hipotecas contraídas. Os valores superestimados e o excesso de oferta levaram a uma bolha inflacionária, que estourou no final de 2008 como nos lembra Dowbor¹¹.

Muitos foram os reflexos dessa crise na dinâmica de trabalho e emprego no Brasil e no mundo. Em documento divulgado pela OIT em janeiro de 2009, em Genebra, na Suíça, intitulado “Tendências Mundiais de Emprego”⁸, estimava-se a possibilidade de um aumento considerável no número de desempregados, trabalhadores pobres e trabalhadores com empregos vulneráveis.

Como principais prognósticos, destacavam-se no documento os seguintes pontos: a) a taxa de desemprego pode aumentar em até 6,1% em 2009, com base em dados do FMI, mais de 18 milhões de desempregados; b) uma piora na economia além do já previsto até novembro de 2008 pode aumentar em 6,5% a taxa de desemprego mundial, representando mais de 30 milhões de desempregados, comparativamente à 2007; c) perspectivas piores apontam 7,1% na taxa de desemprego, representando mais de 50 milhões de desempregados no mundo; d) o número de trabalhadores pobres (2 dólares por pessoa por dia para sua manutenção) pode alcançar 1,4 bilhão de pessoas, 45% do total de trabalhadores no mundo; e, e) no pior dos cenários, em 2009, a proporção de pessoas com empregos vulneráveis – que auxiliam na renda familiar e não participam dos direitos trabalhistas – poderia alcançar 53% da população empregada no mundo.

A crise ainda hoje gera reflexos em todo o mundo e é aguçada com a notória crise do capitalismo consubstanciada pelo atual cenário de endividamento de

países na Zona do Euro. Como ressalta Bava¹², os governos, endividados com o resgate dos bancos privados em 2008 não conseguem pagar a dívida pública. Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha dão sinais claros de fragilidade em suas políticas macroeconômicas, demonstrando que a crise continua sem solução em curto prazo.

Apesar de o trabalho formal constituir-se em certa medida ainda em exploração social, visto não objetivar a distribuição igualitária dos lucros, abrange nos dias de hoje uma parcela significativa da população e é menos nocivo do que outras formas de relações de trabalho (temporário, subemprego, autônomo). Nessas outras formas de relações, geralmente estão suprimidos quaisquer direitos trabalhistas e sociais, causando aumento da pobreza e exclusão social de grande contingente da população. O trabalho existe, mas desprovido dos direitos conquistados ao longo dos séculos. O setor de prestação de serviços detém grande parcela de trabalhadores informais.

Não há como ignorar as conseqüências sociais do desemprego em nossa época; a redução da jornada de trabalho é possível, aos detentores do capital, desde que atrelada à redução de salários, nunca como possibilidade de geração de mais empregos e oportunidade de tempo livre, e assim, pode parecer de menor importância a discussão de temas relacionados ao lazer.

Na medida em que a instabilidade do emprego formal e informal gera insegurança, as pressões apontam para um maior favorecimento da demanda por novos postos. As empresas vêem-se na possibilidade de ofertar empregos com menores salários ou mesmo possibilidades de trabalho autônomo. As cooperativas de trabalho e mesmo as pessoas jurídicas individuais, são bons exemplos disso. Nesse tipo de relação, o trabalhador vende sua força de trabalho, mas a empresa se desobriga de quaisquer ônus empregatícios ou beneficiários. Essa parece ser uma tendência para o nosso século.

Como inserir o lazer nessas relações informais, visto que esse tempo de trabalho para tais profissionais deixa de ser remunerado? A depender de sua condição sócio-econômica, os profissionais liberais - médicos, dentistas, advogados, entre outros – em geral podem ser “donos” de seu próprio tempo, potencialmente com maiores possibilidade de lazer pois seus ganhos lhes favorecerem. Já os trabalhadores que vivem de “bicos”, ambulantes, domésticos etc., em geral não contam com as mesmas ofertas. Para assegurar um mínimo de condições de vida, tem-se que trabalhar jornadas cada vez maiores, muitas vezes comprometendo inclusive os finais de semana.

Segundo Sader¹³, os cidadãos desempregados ou que vivem na informalidade do trabalho vêm-se excluídos da dinâmica social que lhes permitiria dignidade e emancipação, bem como sua vinculação com a sociedade de direitos e deveres que lhes possibilitaria certa identidade social. Segundo o autor, a perda mais grave para uma pessoa é a privação que signifique exclusão social, sendo esta não somente marginalização física, como exclusão de direitos como o do trabalho.

O Século XXI se apresenta e, por mais irônico que possa parecer, ainda estamos discutindo e reivindicando possibilidades reais de trabalho e de lazer. Para Dumazedier¹⁴, o espaço de lazer deve ser um espaço social e democrático e deve ainda respeitar e preservar as culturas dos atores sociais. Segundo o autor, esse espaço faz-se cada vez mais indispensável ao equilíbrio humano das cidades se quisermos realizar uma real democracia cultural em todos os níveis, inclusive os superiores, questionando nesse panorama o ônus de uma ação cultural que poderia reduzir os atrasos e as desigualdades na escala das massas, estimulando sua diversidade, originalidade e criatividade.

Na globalização, os indivíduos perdem suas referências, não há separação radical de idéias e ideais, o que gera uma perda de identidade entre as populações, uma crise de conceitos. Há uma apologia aos produtos descartáveis e ao consumo pelo consumo. Nessa sociedade, as razões de mercado se sobrepõem às razões filosóficas, sugerindo que o expressivo status que alguém pode almejar é ser reconhecido como consumidor. Há então um apelo ao consumo e isso nos coloca uma outra questão: O que fazer com toda uma população de excluídos que vêm esses apelos na televisão, mas não possuem as condições de ascensão a esse consumo?

Milton Santos¹⁵ resgata que o consumo dita as normas de quase todos os segmentos, inclusive do lazer. Essa desterritorialização do capital oferece crédito fácil ao consumo de ofertas de lazer, mas direcionando-as para seus interesses. O tempo é ressignificado e nada é permanente, inclusive o homem. Ocorre uma “coisificação” das relações, o lazer é transformado em produto, o individualismo e a necessidade de status são causa e consequência do lazer industrializado, massificado.

Mas não é só a indústria cultural que se tem apropriado da importância do lazer. As empresas, mesmo que numa visão oportunista, vem buscando inserir oferecimentos de lazer aos seus colaboradores. As colônias de férias, clubes recreativos, confraternizações, a ginástica laboral, aparecem como

oportunidades de utilização da organização do lazer como forma de melhorar as relações humanas internas, mas é importante entender até que ponto não expressam de fato uma faceta funcionalista de caráter utilitarista voltada ao próprio trabalho?

O lazer não deveria ser entendido como um bem de consumo, e sim questão fundamental para a qualidade de vida do cidadão. As atividades de lazer, no geral, favorecem a saúde e bem estar das pessoas, por proporcionarem momentos de descontração, alegria, convívio social, práticas culturais e mesmo cuidados com o corpo, por meio das atividades físicas. Como ressalta Nelson Marcellino¹⁶, a busca da felicidade não precisa de justificativa e, portanto o lazer deveria ser direito de todos.

Nesse contexto globalizado e de grandes diferenças sociais, pela Indústria Cultural veicula-se muitas vezes um contexto mercadorizado de lazer, composto por vários setores ligados ao entretenimento. Ainda fundamentado na contribuição de Marcellino¹⁷, o entretenimento deveria ser um dos componentes do lazer, no entanto ganhou uma faceta de mercadoria que remete a ações “popularescas”, com um contexto demasiadamente centrado na distração.

Para a indústria do entretenimento, o lazer pode apresentar-se como uma mercadoria a ser oferecida às massas, no formato que lhes seja compreensível e que lhes possa proporcionar divertimento. Tanto pode ter valores culturais ou apresentar-se como uma simples oportunidade de relaxamento. Se pensarmos nos valores oferecidos pelo lazer, a mercantilização dessas ofertas pode ser um impedimento ao desenvolvimento crítico criativo dos seus atores, uma vez que as mesmas já vêm prontas e destinadas, via de regra, a não possibilitar reflexões profundas. Aliás, essa é uma das características marcantes do entretenimento, uma vez que as emoções propiciadas são efêmeras e acabam em si mesmo.

Num sentido de transformação da visão restrita de lazer enquanto consumo, Christianne Werneck¹⁸ resgata a importância da contribuição dos animadores socioculturais, profissionais capazes de despertar a participação da população na gestão de seu lazer. Trata ainda que essa participação possa despertar um projeto transformador, capaz de buscar relações mais justas e igualitárias entre os homens, respeitando a participação e democratização social.

Na sociedade pós-industrial, o esperado tempo livre apresenta-se como provável sonho. As taxas de desemprego são bastante expressivas, pressionando os trabalhadores a aceitarem o subemprego como modo de vida.

Essa informalidade os coloca à parte aos direitos trabalhistas e ao tempo livre, necessário para o pleno desenvolvimento do lazer.

O lazer então, para esse grupo da sociedade, passa pelo lazer que a indústria cultural oferece nos veículos de comunicação de massa, em especial a televisão. O lazer de consumo então é uma das poucas possibilidades dessa categoria. Muito até, por desconhecimento do que é o lazer, do quanto ele pode ser fator gerador de cidadania e desenvolvimento pessoal além da distração e do descanso.

Numa época em que muitos dos benefícios conquistados pelos trabalhadores, dentre eles o tempo de descanso remunerado (férias, feriados e domingos), estão sendo negociados ou suprimidos, através das novas formas de relações empregatícias, do subemprego e dos números alarmantes do desemprego, é fundamental que não percamos de vista, as necessidades de descanso, divertimento e desenvolvimento do ser humano. O discurso capitalista, através da indução ao consumo indiscriminado de bens, não pode fazer dos conteúdos do lazer, bens descartáveis e possíveis apenas a uma minoria ou mesmo produtos de fácil compreensão e sem nenhum comprometimento que não o divertimento.

Há de se resgatar valores culturais das comunidades locais, não como saudosismo romântico, mas como possibilidades de vivência do lúdico. O moderno pode e deve conviver com o passado. A cultura de um povo é uma somatória de experiências de todos os atores sociais, e não apenas de uma parcela elitizada, cujo acesso a essa cultura, em parte, é fruto da exploração da classe menos favorecida. Nesse aspecto, a cultura de massa, vista por Umberto Eco¹⁹ como a cultura elaborada pelo povo e não sinônimo de indústria cultural, inicia seus passos no assenhramento de suas possibilidades de expressão.

Conclusões

Na sociedade contemporânea, globalizada, onde as relações de trabalho estão novamente sendo ressignificadas, o esperado tempo livre, está cada vez mais rarefeito. As taxas de desemprego são bastante expressivas, facilitando o aparecimento de novas relações de trabalho, tais como: autônomos, ambulantes, as “pessoas jurídicas”, as cooperativas e aqueles que vivem de bicos. Essas categorias estão à parte dos direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas. Temos então um expressivo número de trabalhadores desempregados

e subempregados, para os quais os oferecimentos de lazer são mínimos, assim como reduzido ou muitas vezes inexistente é o tempo para o desenvolvimento de tais atividades.

Nossa hipótese inicial sobre tempo, condição financeira e comprometimento para atividades de lazer foi confirmada, ao menos na grande maioria dos entrevistados. Todos acenam com falta de tempo, uma vez que o deslocamento e o excesso de horas trabalhadas, na rua e em casa, consomem a maior parte dele.

Como destacado, o acesso ao lazer não vai se dar de forma igualitária para todos os trabalhadores. Aqueles que estão engajados nas relações de trabalho formal potencialmente terão algumas oportunidades a mais, já que asseguram o direito de tempo livre remunerado. Já os trabalhadores informais terão tal acesso mais restrito. Faz-se necessário então que o lazer não seja visto apenas como possibilidade de consumo e fonte de renda para a indústria cultural, mas como direito de todos os cidadãos e como forma de favorecimento do desenvolvimento sociocultural de toda a população.

A indústria cultural, ao entender a importância e influência do lazer no cotidiano das pessoas, apropria-se dos seus valores, formata pacotes e oferece-os a preços módicos, como possibilidades de sonhos e vivências, às quais muitas vezes o espectador não teria acesso. Mas ao assumir apenas a figura passiva, o trabalhador perde em qualidade de vida, visto não se apropriar das outras possibilidades que o lazer pode e deve oferecer.

O consumo de cultura e lazer pode e deve buscar outras formas que não apenas as oferecidas pela indústria cultural. Para isso, entretanto, é necessário uma organização entre Sociedade e Estado, com intuito do desenvolvimento de políticas públicas. Políticas essas que ultrapassem os casuísmos eleitoreiros e mesmo os pacotes temáticos de lazer, sem maior conteúdo, programação ou mesmo continuidade, e tornem efetivas as ações que valorizem os espaços públicos já existentes (revitalizando-os), recriem ou ressignifiquem novos espaços.

Grande parte da população produtiva no Brasil está no subemprego, não tem carteira de trabalho assinada e, por conseguinte, não tem uma vinculação formal de trabalho com a sociedade. Tal vinculação poderia conferir ao trabalhador condições mínimas para garantir sua vida, e assegurar uma identidade social. Para essa parte da sociedade, excluída de direitos, a oportunidade de dignidade

e emancipação é significativamente reduzida. Ao refletirmos sobre os sujeitos da pesquisa, percebe-se que em geral não se toma consciência clara desse constrangimento, sugerindo certa alienação frente aos problemas instalados.

A cidadania que lhes é negada, por não recolherem formalmente seus impostos, é cobrada quando entram por exemplo no supermercado e fazem suas compras. Todos os impostos indiretos estão lhes sendo cobrados, mas não coexiste a contrapartida a tal contribuição, em geral na forma de benefícios sociais.

O tema em voga é a conjuntura econômico-financeira no mundo. Nossa nação parece seguir indiferente a essa questão perversa, já que deixa à margem milhões de cidadãos que não tem voz política e ficam alijados costumeiramente. Há de se refletir aqui sobre as políticas públicas para o lazer. Os oferecimentos públicos passam por um lazer conformista, funcional, e não pela oportunidade de desenvolvimento. Não seria essa uma forma de manutenção da estrutura vigente, calcada na exploração de muitos para o aproveitamento de poucos? A quem interessa uma população de subempregados com uma consciência crítica e criativa?

O lazer pode assim colaborar com a construção de uma ferramenta efetiva de alterações do *status quo*, para além de uma mera faceta mercadorizada geralmente utilizada de forma perversa justamente para a manutenção dos valores vigentes. A atitude crítica e criativa propiciada pelo lazer pode se consubstanciar como uma oportunidade para esses grupos, uma forma de contestação. Os cidadãos podem ser levados neste contexto a refletir sobre suas inúmeras outras necessidades, não apenas de lazer, mas de melhores condições de vida, meios de transporte mais seguros, oportunidades mais justas de trabalho, entre outros.

Agradecimentos

À Comissão de Pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo pelo apoio à realização desta pesquisa.

NOTAS:

- 1 Severino, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 3 ed. 3 reimp. São Paulo: Cortez, 2008.

- 2 Richardson, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- 3 Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. *Metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- 4 Camargo, L. O. de L. *Educação para o lazer*. 6 reimp. São Paulo: Moderna. 2002.
- 5 Boyer, M. *História do turismo de massa*. Bauru, SP: EDUSC. 2003.
- 6 Dumazedier, J. *Lazer e cultura popular*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva. 2004.
- 7 Bruhns, H. T. Relações entre a educação e o lazer. 1 reimp. In: _____. (Org). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 33-59.
- 8 Organização Internacional do Trabalho. *Tendências Mundiais de Emprego*. 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 03/03/2012.
- 9 Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, nº 16, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 01/05/2012.
- 10 Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População*. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 28/02/2012.
- 11 Dowbor, L. *A Crise Financeira sem Mistérios*. Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo, 21 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>. Acesso em 13/07/2011.
- 12 Bava, S. C. *Crise Mundial e Integração Nacional*. Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo, 01 dezembro de 2010. Editorial, p.2. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br>>. Acesso em 01/08/2011.
- 13 Sader, E. Trabalho, desemprego e tempo livre. In: *LAZER numa Sociedade Globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p.191-200.
- 14 Dumazedier, J. *Sociologia empírica do lazer*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva. 2004.
- 15 Santos, M. Lazer popular e geração de empregos. In: *LAZER numa Sociedade Globalizada*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p.31-37.
- 16 Marcellino, N. C. *Lazer e Educação*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.
- 17 Marcellino, N. C. Lazer e Cultura Algumas Aproximações. In: _____. (Org.) *Lazer e cultura*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 9 – 30.
- 18 Werneck, C. L.G. Lazer e Mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: Werneck, C. L.G.; Stoppa, E. A.; Isayama, H. F. (Org.). *Lazer e mercado*. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 13-44.
- 19 Eco, U. *Apocalípticos e integrados*. 6 ed. São Paulo: Perspectiva. 2006.

Referências

- BAVA, S. C. Crise mundial e integração nacional. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 1º dez. de 2010. Editorial, p. 2. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br>>. Acesso em: 1º ago. 2011.
- BOYER, M. *História do turismo de massa*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, nº 16, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 1º maio 2012.
- BRUHNS, H. T. Relações entre a educação e o lazer. In: _____. (Org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p. 33-59.
- CAMARGO, L. O. L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 2002.
- DOWBOR, L. A Crise financeira sem mistérios. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 21 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.uol.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2011.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *População: 2009*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/estimativa.shtm>>. Acesso em: 28 fev. 2012.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e cultura algumas aproximações. In: _____. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 9-30.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Tendências mundiais de emprego*. 2009. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/tendencias-mundiais-de-emprego-da-oit-2009>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SADER, E. Trabalho, desemprego e tempo livre. In: LAZER numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p.191-200.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos. In: LAZER numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p. 31-37.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

WERNECK, C. L. G. Lazer e mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (Org.). *Lazer e mercado*. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 13-44.

Data da submissão: 23/08/2013

Data do aceite: 14/10/2013